



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021.

**1. Objeto:** Contratação de empresa para locação de máquinas e caminhões, incluindo seus operadores/motoristas, especificamente para manutenção de acesso das estradas vicinais do município, em atendimento às demandas de melhorias de tráfego em geral, conforme o Termo de Referência.

#### **2. Apresentação dos envelopes:**

**A documentação de habilitação e a proposta comercial** deverão ser entregues em envelopes distintos, lacrados e rubricados pelas proponentes, na forma do item 6 (seis) e subitens deste ato convocatório, no setor de licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Buritis, situado à Avenida Bandeirantes, 723 - centro, endereçado à **comissão de licitação** as **09h00min** do dia **12/03/2021**, sendo fornecido ao interessado comprovante de protocolo. Ultrapassado este prazo, será rejeitada a entrega dos envelopes pela comissão e pelo setor mencionado. Os envelopes poderão ser remetidos pelo correio ou outro meio de entrega, com aviso de recebimento, desde que sejam recebidos no prazo aqui previsto, não se responsabilizando a prefeitura pela eventual perda dos prazos acima estipulados ou pela entrega em local diferente do ora mencionado.

**3.** Os documentos de habilitação e os da proposta comercial deverão ser protocolados e entregues no setor de licitações, situado a Avenida Bandeirantes, 723 - Centro, endereçados à comissão de licitação impreterivelmente até às **09h00min** do dia **12/03/2021**.

#### **4. Início da sessão pública de abertura dos envelopes:**

**Dia 12/03/2021 às 09h00min.**

**Local de abertura dos envelopes, consulta do edital e realização das sessões da comissão de licitação:** Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Buritis - MG, Situado na Avenida Bandeirantes, 723- Centro, Buritis - MG.

**5. Esclarecimentos:** Todas as consultas visando a esclarecimentos relativos à licitação deverão ser encaminhadas via e-mail (licitações@buritis.mg.gov.br), referenciando a presente licitação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a entrega das propostas. O(s) envelope(s) contendo a(s) proposta(s) comercial (is) será(o) aberto(s) após o encerramento da fase de habilitação, no mesmo dia, endereço e local acima mencionados, desde que haja expressa desistência de recurso por todos os licitantes ou, não sendo possível, em nova data e horário designados em ata, com a intimação dos licitantes habilitados no mesmo ato.

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021**

**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021**



## 1. PREÂMBULO

1.1. **O Município de Buritis Estado de Minas Gerais**, através da Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria nº 003 de 04 de janeiro de 2021, com endereço à Avenida Bandeirantes, 723 - Centro, BURITIS-MG, CEP 38.660-000, CNPJ/MF.: 18.125.146/0001-29, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 030/2021**, na modalidade **TOMADA DE PREÇO, do Tipo Menor Preço Por Item**, regido pela Lei Federal 8.666, de 21/06/93 com as alterações posteriores, pela Lei Complementar Municipal n.º 075, de 01/07/2010 e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. Toda legislação mencionada encontra-se à disposição na Sala do Setor de Compras e Licitações para consulta de quaisquer interessados.

## 2. DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

2.1. Secretaria Municipal de Transportes.

## 3. DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Tomada de Preço: Contratação de empresa para locação de máquinas e caminhões, incluindo seus operadores/motoristas, especificamente para manutenção de acesso das estradas vicinais do município, em atendimento às demandas de melhorias de tráfego em geral, Conforme o Termo de Referência.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E AQUISIÇÃO DO EDITAL

4.1. **Somente poderá participar desta licitação** pessoa jurídica do ramo pertinente ao objeto licitado, regularmente constituído, que estejam devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, e que para a abertura dos envelopes de documentação:

a) Não esteja suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública de Buritis-MG, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com esta;

b) Não esteja reunida em consórcio;

c) Não tenha em seus quadros: sócio, gerente, responsável técnico ou funcionário que ocupe cargo ou emprego na Administração do Município de BURITIS, mesmo subcontratado;

**Parágrafo Primeiro** - A observância das vedações previstas neste item é de inteira responsabilidade da licitante. A ocultação de fato impeditivo da participação sujeita a licitante às penalidades cabíveis, inclusive a perda de seu direito de participar da licitação ou até mesmo ter rescindido o contrato, caso vencedora do certame e se apure, posteriormente, causa impeditiva de sua participação.

4.2. O Edital completo (com todos os seus anexos) poderá ser adquirido internet, no sítio da Prefeitura <https://www.buritis.mg.gov.br/>, a partir da data de publicação do aviso deste edital.

4.3. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo nas publicações no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.



## 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS SOBRE A LICITAÇÃO

5.1. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital será feita de acordo com o Artigo 110 da Lei 8.666/93, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, sendo considerados dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5.2. O Município de Buritis poderá a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo de licitação, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93, a seu exclusivo critério, sem que caiba aos participantes ou ao licitante vencedor direito a ressarcimento ou indenização.

5.3. Em qualquer fase do processo desta Licitação, a Prefeitura se reserva o direito de solicitar aos participantes esclarecimentos eventualmente necessários em relação à documentação e à proposta técnica apresentadas.

5.4. A Comissão de Licitação poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas.

5.5. As interpretações, correções e ou alterações elaboradas pela Prefeitura no Edital, por iniciativa própria ou atendendo a eventual impugnação de licitante, serão comunicadas, por escrito, a todas as empresas que o tiverem adquirido.

5.6. Informações e esclarecimentos sobre o certame, bem como sobre o Edital completo, poderão ser obtidos, formalmente junto à Comissão de Licitação, de segunda a sexta-feira no horário das 08h às 12h e das 14h às 18h, nos dias úteis ou telefones (38) 3662-3437 – 3662- 1299.

5.7. Os pedidos de esclarecimento sobre o processo de licitação deverão ser formulados por escrito e protocolados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis antes (05/03/2021) da data prevista para a entrega das propostas (12/03/2021). As respostas serão providenciadas no prazo máximo de 03 (três) dias antes da mesma data.

## 6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E REPRESENTAÇÃO DAS PROPONENTES

6.1. Os documentos de Habilitação e o da Proposta Comercial deverão constar de envelopes distintos, em papel opaco, lacrados e rubricados pelas proponentes, e **serão entregues no SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, situado à Avenida Bandeirantes, 723 - Centro, endereçados à Comissão de Licitação impreterivelmente até às 09h00min do dia 12/03/2021**, quando será fornecido à interessada comprovante de protocolo. Ultrapassado este prazo, não serão recebidos os envelopes.

6.2. Os envelopes poderão ser remetidos pelo correio ou outro meio de entrega, com aviso de recebimento, desde que recebidos no Setor de Licitação no prazo previsto no subitem 6.1., não se responsabilizando a Prefeitura pela eventual perda dos prazos acima estipulados ou pela entrega em local diferente do ora mencionado. O envelope da **Habilitação** deverá conter os documentos descritos no **item 7 (sete)** deste edital e seus subitens, e **será entregue em envelope fechado, lacrado e rubricado pela proponente, consignando-se externamente o nome da licitante e as expressões seguintes:**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS- MG**

**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021 PROCESS O LICITATÓRIO Nº 030/2021**

**“ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO”**

**NOME DA LICITANTE/ENDEREÇO**



**DATA/HORA DA ABERTURA: 12/03/2021 às 09h00min**

**6.3. A Proposta Comercial** deverá atender ao exigido no **item 8** e seus subitens, e será entregue em **envelope fechado, lacrado e rubricado pela proponente, consignando-se externamente o nome da licitante e as expressões seguintes:**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS- MG**

**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021**

**“ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL” NOME DA LICITANTE/ENDEREÇO**

**DATA/HORA DA ABERTURA: 12/03/2021 ÀS 09h00min**

**6.4.** Cada concorrente deverá apresentar, **ANEXO AOS ENVELOPES**, o respectivo ato constitutivo e suas alterações ou da consolidação respectiva, juntamente com a carta em papel timbrado da proponente subscrita pelo seu representante legal, com firma reconhecida, ou procuração, assinada também por seu representante legal, designando uma pessoa para representá-la, credenciada com poderes perante a Comissão de Licitação para todos os atos relativos à presente licitação, em especial para interpor recursos ou desistir de sua interposição, nos moldes do ANEXO IV, integrante deste Edital .

**6.4.1.** Somente poderá manifestar-se nas reuniões e solicitar que sejam consignados assuntos nas atas de reuniões da Comissão de Licitação:

a) Representante legal da empresa, indicado em seu contrato social e portando documento oficial de identidade original, vedada a apresentação de fotocópia, salvo se autenticada por cartório;

b) Procurador, munido de procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório e portando documento oficial de identidade original, vedada a apresentação de fotocópia, salvo se autenticada por cartório;

c) Representante credenciado pela empresa, munido de carta de credenciamento ou procuração, nos termos do item 6.4, e portando documento oficial de identidade original, vedada a apresentação de fotocópia, salvo se autenticada por cartório;

**Parágrafo Único** - A carta de credenciamento, pública ou particular (com firma reconhecida), conferirá poderes ao representante para atuar em nome da proponente nesta TOMADA DE PREÇO, com poderes para examinar as propostas, impugná-las, oferecer recursos e exercer todas as prerrogativas previstas neste Edital e na Lei Federal 8.666/93. O representante oficialmente indicado, conforme o modelo apresentado no ANEXO IV – Modelo de Carta de Credenciamento, **deverá estar obrigatoriamente munido de cédula oficial de identidade, sob pena de não ser admitida a sua atuação.**

**6.4.2. ATENÇÃO: As microempresas e empresas de pequeno porte devem se identificar por sua sigla respectiva (ME ou EPP), a figurar em destaque nos envelopes de conformidade, HABILITAÇÃO E PROPOSTA.**

**6.4.3.** A empresa LICITANTE apresentará juntamente com os documentos de habilitação declaração demonstrando que cumpre os requisitos e que não possui nenhum impedimento para ser Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme dispõe o art. 3º e incisos do § 4º e arts. 42º a 49º da Lei Complementar 123/06 de 14/12/2006, conforme sugerido no **Anexo II – Modelo de Declaração Conjunta.**

**6.4.4.** Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho conforme modelo especificado no Anexo II - – **Modelo de Declaração Conjunta;**



6.4.5. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, administrativo e penalmente.

## **7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**7.1. O Envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverá conter os seguintes documentos, apresentados em original, cópia autenticada por Cartório ou cópia simples obrigatoriamente acompanhada do original – para que seja conferida pelos membros da Comissão de Licitação - todos com validade na data fixada para abertura dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO:**

### **7.1.1. Da Habilitação Jurídica:**

7.1.1.1 O licitante deverá apresentar um dos atos constitutivos abaixo, dependendo do tipo de firma do licitante:

- a) Registro Comercial, no caso de firma empresário;
- b) Estatuto Social registrado no Registro ou Junta Comercial, acompanhado de ata, devidamente arquivada, da Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração que elegeu os administradores, com a comprovação de sua publicação em órgão de imprensa;
- c) Contrato Social e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso das demais sociedades;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **7.1.2. Da Regularidade Fiscal**

- a) Certidão de Regularidade para com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), expedida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b) Prova de Inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), atualizada nos últimos 60 dias;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta, do domicílio ou sede da licitante, válida na data de abertura do envelope contendo a documentação de habilitação;
- g) Certidão de Regularidade de Tributos e Contribuições Estaduais, do domicílio ou sede da licitante, válida na data de abertura do envelope contendo a documentação de habilitação;
- h) Certidão de Regularidade de Tributos e Contribuições Municipais, do domicílio ou sede da licitante, válida na data de abertura do envelope contendo a documentação de habilitação;



## 8. DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1. Deverá ser apresentado um envelope de **PROPOSTA COMERCIAL**, na forma estabelecida no item 6.3 deste edital, com as indicações externas ali previstas, sob pena de não abertura e devolução do envelope lacrado à licitante.

8.2. O ENVELOPE N.º 2 – **PROPOSTA COMERCIAL**, deverá conter a proposta de preço, em uma via, **elaborada em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado e qualificado**, devendo a proposta ser datilografada ou impressa, **redigida em conformidade com os termos dos Anexo I – Termo de Referência deste edital**, em idioma nacional, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devendo nela constar os requisitos detalhados no subitem 8.3, infra.

8.3. **Forma de Apresentação da Proposta: Preço Por Item**, rubricado e assinado pelo responsável pela empresa, expresso em números e por extenso, em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais;

## 9) DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, local e hora estabelecidos nos itens 03 (três) e 04 (quatro) da folha de rosto deste Edital, em Sessão Pública, serão realizados os trabalhos de abertura e exame dos documentos contidos no Envelope n.º 01 - Documentação de Habilitação, a cargo da Comissão de Licitação.

9.2. A Comissão de Licitação verificará, inicialmente, se as licitantes atenderam às condições de participação na licitação (item 4) e as estabelecidas no subitem 6.1 (protocolo em tempo hábil) e, principalmente, através do Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Administração do Município de BURITIS.

9.3. Sendo constatado pela Comissão que qualquer delas não apresentou os envelopes no prazo fixado neste edital, serão devolvidos, à licitante, seus envelopes de números 01 (documentação de habilitação) e 02 (proposta comercial) devidamente fechados e lacrados, mediante recibo ou apontamento na ata, ficando a empresa impedida de continuar a participar do certame licitatório, circunstância que constará da ata de trabalhos.

9.4. Serão abertos, inicialmente, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes que reunirem as condições de participar da Tomada de Preço, oportunidade em que a Comissão os disponibilizará para que sejam rubricados pelos seus membros e pelos representantes das licitantes presentes à sessão.

9.5. Depois de conferida e apreciada a documentação pela Comissão de Licitação, sempre que possível o resultado será anunciado na própria sessão ou em outra, que se realizará em data fixada na ata, para a qual todas as participantes já saem desde já intimadas, consignando-se nela as licitantes que foram habilitadas e as que não foram, com a indicação precisa dos nomes das empresas e dos dispositivos do edital e/ou da Lei 8.666/93 que não foram atendidos pelas inabilitadas.

9.6. Serão devolvidos as empresas licitantes declaradas inabilitadas os envelopes de n.º 02 (proposta comercial), devidamente fechados e lacrados, contra recibo ou indicação na ata, desde que tenha havido desistência expressa de recurso contra a inabilitação.

9.7. Comunicado o resultado do julgamento da habilitação e decorrido o prazo para a interposição e julgamento de eventuais recursos – caso não tenha havido desistência do prazo recursal - o Presidente da Comissão convocará formalmente as licitantes para a realização da segunda sessão, em dia, hora e local que serão consignados em ata e



formalmente comunicados às proponentes, na qual serão:

- a) Devolvidos, fechados e contra recibo, os Envelopes de nº 02 (proposta comercial) às licitantes definitivamente inabilitadas, caso não acolhido seus recursos; e
- b) Abertos os envelopes de nº 02 (proposta comercial), os documentos neles contidos serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes das empresas que prosseguiram na licitação, presentes à sessão.

9.8. Em seguida, a Comissão Permanente de Licitação declarará suspensos os trabalhos, designando, desde logo, data e hora para que, examinadas e julgadas as propostas comerciais, seja divulgado o resultado final da licitação e a classificação das propostas, em sessão pública. O julgamento será processado com estrita observância das disposições e critérios constantes deste Edital e da Lei 8.666/93, sendo desclassificadas as propostas que descumpram as condições previstas no item 8 e subitens deste ato, demais condições nele estabelecidas e as fixadas na Lei 8.666/93.

9.9. O julgamento das propostas será objetivo, razão pela qual a Comissão de Licitação irá realizá-lo em conformidade com o tipo de licitação aqui declinado, os critérios previamente estabelecidos neste ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

9.10. Do resultado do julgamento das propostas caberá recurso, na forma do art. 109, I, letra "b" da Lei 8.666/93, no prazo de cinco dias úteis. Decididos os recursos e homologado o resultado final da licitação, será ele publicado, na forma da lei.

9.11. Faculta-se à Comissão de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme o § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.12. Das reuniões lavrar-se-ão atas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes, que deverão conter as ressalvas apresentadas pelos representantes presentes e demais anotações julgadas pertinentes.

9.13. Após a abertura da (s) proposta (s), não caberá desistência da (s) mesma (s), salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pela Comissão.

9.14. Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem.

## 10. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O julgamento da licitação será procedido pela Comissão de Licitação, observando-se as condições deste Edital e seus Anexos e demais normas legais, competindo a esta apreciar e decidir sobre eventuais omissões ou falhas constatadas nas propostas, podendo usar da faculdade prevista no parágrafo 3º do artigo 43, da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.2. Para efeito de julgamento das propostas aceitas, a Comissão de Licitação desclassificará as propostas que não satisfaçam as exigências deste ato convocatório e, após, levará em consideração as propostas que sejam mais vantajosas para a Administração e o interesse público, classificando-as pela ordem crescente das ofertas.

10.3. Serão consideradas vencedoras do certame e terão seus preços homologados as licitantes que apresentarem **MENOR PREÇO POR ITEM**, determinado pela ordem de



classificação, desde que este não ultrapasse o valor-teto indicado no subitem 11.2 e conquanto atendidas todas as exigências deste Edital e seus anexos.

10.4. Verificada a absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a classificação será decidida por sorteio, em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas por qualquer meio idôneo devidamente comprovado.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste Edital e/ou seus anexos e as da Lei 8.666/93;
- b) Não se refiram à integralidade do item cotado.
- c) Apresente preço unitário simbólico, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexecutável, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no artigo 44 e 48, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- d) Apresentem preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.
- e) Forem omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidade ou defeito capaz de dificultar o julgamento;
- f) Impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

**10.6.** Consideram-se **excessivas** as propostas cujos valores globais sejam **superiores** ao valor global orçado pelo Município de BURITIS, indicado no Termo de Referência deste Edital.

10.7. Consideram-se **manifestamente inexecutáveis** as propostas cujos valores globais sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores globais das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor global orçado pelo Município de Buritis constante do Termo de Referência; ou
- b) Valor global orçado pelo Município de BURITIS, indicado no Termo de Referência.

10.8. O critério de inexecutabilidade será aplicado em relação ao preço global proposto e após comprovada a verossimilhança do Termo de Referência de composição de preços unitários.

10.9. Não serão consideradas, para efeito de julgamento, quaisquer condições ou vantagens não previstas neste Edital e seus Anexos.

10.10. Havendo divergência entre o preço dos custos unitários e o preço total, prevalecerá o preço unitário.

10.11. Prevalecerá o valor por extenso em caso de divergência entre este e o valor expresso em numerais.

**10.12. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP);**

**10.12.1.** A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que pretenda usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n.º 123/2006 **deverá apresentar, na forma da Lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração formal, conforme modelo do anexo II;**

a) Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 10.12.1, será considerado que o licitante optou por renunciar aos benefícios previstos.

10.12.2. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/06, as MEs e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida no **Edital**, mesmo que esta apresente





alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista;

a) Havendo alguma restrição com relação à **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado as MEs e EPPs o prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.123. Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam **iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço** e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

10.124. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação de ME ou EPP, na forma da letra a., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.12.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.12.3 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos subitem 10.12.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

e) O disposto neste subitem 10.12.4 somente se aplicará quando melhor oferta inicial não tiver sido apresentado por ME ou EPP.

10.13. As dúvidas porventura surgidas no decorrer da abertura dos envelopes (documentação e/ou proposta), em sendo possível, serão dirimidas pela Comissão de Licitação na própria reunião, com a respectiva consignação em ata, ou darão ensejo à suspensão da reunião para análise pelos membros da Comissão, que fixarão nova data para prosseguimento dos trabalhos.

10.14. Quando **todos** os licitantes forem inabilitados ou **todas** as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação, nos termos do § 3º do artigo 48, Lei 8.666/93.

## 11. DA OFERTA DE PREÇO E DO PAGAMENTO

11.1. Os preços que vierem a ser ofertados pelas licitantes deverão ser expressos em reais e representar o preço de mercado para pagamento nas condições deste edital, devendo ainda estar neles computados todas as despesas e encargos incidentes;



**11.2. O valor estimado total do Processo, conforme o Termo de Referência de custos anexa é de R\$ 307.766,66 (trezentos e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), conforme descritas no Termo de Referência deste Edital.**

**11.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital, bem como as que apresentarem preços unitários e/ou global, superior ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido o orçamento estimado de cada serviço, ou ainda com preços manifestadamente inexequíveis.**

## **12. DA CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

12.1. A Prefeitura convocará formalmente a (s) vencedora (s) desta TOMADA DE PREÇO para assinar (em) o contrato no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua efetiva intimação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93.

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela interessada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.

12.1.2. É facultado à Administração, quando a empresa convocada não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas para a primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou então revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93.

12.1.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

12.2. A licitante vencedora obriga-se a executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações e prazos estipulados, bem como a manter(em)-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de incorrer nas penalidades contidas na Cláusula 13 deste edital.

12.3. O Município de BURITIS, através de suas Secretarias, reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto neste edital, podendo aplicar o disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**12.4. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá iniciar os serviços de imediato.**

**12.5. O prazo de vigência deste contrato será como mencionado nos Termos de Referências, com a possibilidade de sua prorrogação.**

## **13. DAS PENALIDADES**

13.1. Se a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito



pelo CONTRATANTE.

13.2. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o descumprimento total ou parcialmente os contratos administrativos, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

I - advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II - multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar a garantia contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de BURITIS, por prazo definido no inciso III, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo definido no inciso IV, do art.87, da Lei n.º 8.666/93 ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir com a Prefeitura Municipal de Buritis pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

§ 1º O valor da multa aplicada nos termos do inciso II desta cláusula, será descontado do valor da garantia prestada, prevista no § 1º, do art. 56, da Lei Federal 8.666, de 1993, e/ou retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal e, caso os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser pago por meio de guia própria ou cobrado judicialmente.

§ 2º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, conforme disposto no § 2º do Art. 41, da Lei nº 8.666/93.

14.2. Sem prejuízo do prazo citado do subitem anterior, a impugnação será decidida no prazo de 03 (três) dias úteis, observando em qualquer caso o disposto no § 3º do Art. 41, da



Lei nº 8.666/93.

14.3. A impugnação será dirigida à Comissão de Licitação e, feita tempestivamente pelo licitante, não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão administrativa a ela pertinente.

14.4. Conforme faculta o artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93, as licitantes que se julgarem prejudicadas, poderão interpor recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, no curso do procedimento licitatório, contra as seguintes decisões:

- a) De habilitação ou inabilitação de licitante;
- b) De julgamento das propostas (classificação/desclassificação);

14.5. Os recursos deverão ser dirigidos a autoridade hierarquicamente superior, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, que poderá reconsiderar a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou mantendo-a, fazê-lo subir devidamente instruído para a decisão em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

14.6. Deverão ser observados os pressupostos de admissibilidade recursal: legitimidade; interesse de recorrer; a existência de ato administrativo decisório; tempestividade; a forma escrita; fundamentação; pedido de nova decisão.

14.7. Os recursos serão opostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação da decisão ou da lavratura da ata se presente na sessão a licitante interessada em recorrer, e terão os efeitos previstos em lei.

14.8. Das decisões de anulação ou revogação da licitação e de aplicação das penas de advertências, suspensão temporária ou de multa, caberá recurso à autoridade superior por intermédio daquela que proferiu a decisão.

14.9. Interposto o recurso, dele será dada ciência às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

14.10. Os recursos e impugnações do edital deverão ser entregues no Setor de Licitação do Município de BURITIS, situado a Avenida Bandeirantes, 723 - Centro, aos cuidados da Comissão de Licitação, no horário de 8h as 12h e 14h as 18h, onde será emitido comprovante de recebimento.

14.11. Para Impugnação do edital ou interposição de recursos, o interessado ou licitante deverá apresentar junto com suas razões, os documentos necessários que identifiquem a empresa (caso não seja sócio ou proprietário, deverá apresentar **procuração registrada no cartório**), bem como que identifiquem suas alegações.

14.12. A Prefeitura Municipal de Buritis não se responsabilizará por recursos e impugnação endereçada via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do Setor de Licitação e, que, por isso, não sejam entregues no prazo legal.

## 15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente do Município de BURITIS, que deverão onerar o presente exercício:

Ficha: 1013. Fonte: 100.

As partes das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2020 correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.



## 16. DAS CLÁUSULAS E GARANTIAS DO CONTRATO

16.1. As cláusulas e condições do contrato e os direitos e obrigações reciprocamente nele assumidos pelas partes inferem-se da minuta respectiva, que integra o Anexo V deste ato convocatório.

16.2. Não será exigida garantia para garantir a execução de serviço, objeto do contrato, que será celebrado com a empresa contratada, vencedora desta TOMADA DE PREÇO.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A participação na Licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos, bem como a observância do Processo Licitatório nº 030/2021, os regulamentos, normas e disposições legais pertinentes.

Constituem anexos deste instrumento, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo Declaração Conjunta.

ANEXO III – Modelo de Proposta.

ANEXO IV – Modelo de Carta de Credenciamento.

ANEXO V – Minuta de Contrato.

17.2. As licitantes poderão, no intuito de agilizar os procedimentos relativos à presente licitação, caso não compareçam às sessões ou não se façam representar, enviar documento renunciando expressamente ao direito de recurso, conforme modelo constante do anexo V, o qual deverá ser apresentado dentro do Envelope nº 01 – Documentação ou anexado ao mesmo.

17.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratadas por superveniência de normas federais, estaduais ou municipais disciplinando a matéria.

17.4. A critério do **CONTRATANTE**, considerando a disponibilidade de recursos financeiros, os quantitativos previstos neste Edital poderão ser alterados para mais ou para menos, respeitando os limites permitidos pela Lei 8.666/93, sem que isto implique em alteração dos preços ofertados.

17.5. Havendo recusa ou ausência de pedido de prorrogação do prazo de assinatura do contrato ou, ainda, falta de prestação de garantia no prazo estabelecido neste edital, O Município de Buritis poderá convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em iguais condições e prazos propostos pelo primeiro colocado, podendo, ainda, optar por revogar a licitação ou determinados itens, nos termos do artigo 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.6. As decisões da Comissão de Licitação serão publicadas na Imprensa Oficial, no Quadro de Avisos localizado no hall principal da Prefeitura.

17.7. Ficam as partes interessadas obrigadas a observar todos os termos do Processo nº 334/2020, sendo aplicável a Lei n.º 8.666/93, suas alterações posteriores e, em sua omissão, os preceitos de direito público, os preceitos da teoria geral dos contratos e os termos da legislação civil aplicáveis à espécie.

17.8. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidas pela Comissão de Licitação designada para abertura e julgamento da presente licitação.



17.9. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato. Esta licitação poderá ser revogada, por interesse da Administração Pública decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direito a qualquer indenização, à exceção do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.10. Os casos de rescisão do contrato são os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, podendo ser efetivada nos moldes previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.11. O acompanhamento e a fiscalização do objeto da presente licitação ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Obras, ou a quem está delegar.

17.12. É expressamente vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, dos direitos decorrentes do contrato a terceiros, bem como a subcontratação total ou parcial, sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de rescisão e cominação da penalidade aplicável à espécie, de pleno direito, independente de notificação judicial.

17.13. Fica eleito o **foro da Comarca de Buritis** para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação e do contrato dela derivado.

Buritis - MG, 17 de fevereiro de 2021.

**Welerson Nascimento de Souza**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### Exclusivo para ME e EPP

#### 1. OBJETO

1.1. Locação de máquinas e caminhões, incluindo seus operadores/motoristas; para execução dos serviços de *readequação* em *estradas*, especificamente a manutenção de acesso das estradas vicinais no município, em atendimento às demandas de melhorias do tráfego em geral, através da Secretaria Municipal de Transportes - SMT; de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Item 3. De localização das estradas e Item 4. Das Especificações das locações, deste Termo de Referência.

#### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2. O planejamento das atividades da Secretaria Municipal de Transportes - SMT contempla diversas tarefas, com demandas pontuais e de complexidade variadas, visando sempre atender as necessidades administrativas a ela vinculadas e ao assessoramento e assistência do chefe do Poder Executivo. Foi elencada necessidade física e logística que precisam ser supridas com a manutenção, preservação e conservação das estradas municipais diversas; com ampliação e melhorias para o tráfego dos diversos veículos e de cargas; para promover o desenvolvimento, tanto nas áreas das zonas rurais, como transportes de grãos e suplementos para lavouras de produção primária e etc. Faz necessária a locação destes maquinários/caminhões para realização dos transportes de materiais para levantamento e compactação nos cursos das vias; vicinais neste município, conforme trajetos abaixo relacionados; para assegurar maior segurança e conforto no trajeto das vias de acesso a todos que trafegarem.

#### 3. DAS LOCALIZAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS PROGRAMAS A RECEBER MELHORIAS

Localizações	Trajetos KM
BII 060 Buritis – Barriguda I	21 km
BII 100 Buritis – Trevo MG – 202 / via Confins	28 km
BII 180 Buritis – Vila São Vicente	22 km
BII 190 Buritis – Via Distrito de Serra Bonita - Até a Serra da Sacada	10 km
BII 246 Buritis – São Vicente / Via Pedras	22 km



BII 248 Buritis – Acesso até BII 190 - Via Serra do São Vicente	20 km
BII 280 Buritis – Via Vila Rosa/Pasmado	59,9 km
BII 292 Buritis – Região da Barriguda até BII 060	21,9 km

#### 4. ESPECIFICAÇÕES DAS LOCAÇÕES, ORÇAMENTÁRIOS/VALORES ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As especificações dos caminhões /equipamentos e valores globais, conforme valor médio dos orçamentos:

Item	Tipo da locação	Quant.	Valor (diária unitário) Média	Valor Global 30 (trinta) dias média
01	Caminhão caçamba 6 x 4	10	R\$ 443,67	133.100,00
02	Escavadeira hidráulica PC 200	01	R\$ 3.038,89	91.166,67
03	Caminhão pipa 6 x 2	01	R\$ 1.433,33	43.000,00
04	Rolo compactador	01	R\$ 1.350,00	40.500,00

4.2. Os veículos/equipamentos devem apresentar excelente estado de conservação e funcionamento.

4.3. As contratações dos itens serão realizadas de forma Global. No estilo Menor preço global.

4.4. É de inteira responsabilidade da Contratada o transporte e as manutenções preventivas e corretivas dos caminhões, veículos e equipamentos, assim como, todos os impostos, taxas, em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

4.5. Os quantitativos se referem ao fornecimento desta locação num período de 30 (trinta) dias para execução dos serviços, podendo ser estendido.

#### 5. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA AS DESPESAS

5.1. Conforme exigência legal, da Secretaria Municipal de Transportes, que realizou pesquisas de preços de mercado junto a empresas do ramo do objeto licitado para apuração do preço estimado para as despesas;

5.2. O desembolso se fará mediante a rubrica das dotações orçamentárias:

02.12.01 26.122.0003.2216 3.3.90.39.00 Ficha: 01013 – Fonte: 100

5.3. Ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o Órgão, conforme Estimativa do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) do exercício de 2021.

#### 6. PRAZO E DEMAIS CONDIÇÕES DE LOCAÇÃO.

6.1. O Prazo para disponibilização dos equipamentos será de até 01 (um) dia útil a partir da assinatura do contrato.





6.2. Para efeito de cálculo, a diária será equivalente a 08 (oito) horas trabalhadas, sendo que os serviços serão realizados em todos os dias da semana exceto aos dias de domingo.

6.3. Ao final do período diário de utilização, dos caminhões, veículos/equipamentos deverão ser guardados sob a responsabilidade da contratada.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O faturamento será mensal, e corresponderá às requisições atendidas no referido lapso temporal.

7.1.1. Para cobrança deverá ser encaminhado, até o 5º (quinto) dia útil do período subsequente, a nota fiscal correspondente juntamente com autorização competente, pela secretaria de Transportes.

7.1.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de transferência bancária na conta corrente indicada.

7.2. A CONTRATADA deve estar ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento;

7.3. Os preços constantes da licitação serão fixos e irrevogáveis e não sofrerão atualização monetária até o efetivo pagamento.

7.4. Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos e/ou encargos sociais resultantes da contratação.

7.5. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada.

7.6. As despesas com deslocamento de pessoal da CONTRATADA ou de seus representantes serão de sua exclusiva responsabilidade.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento contratado, nos termos

8.2. Manter estrutura compatível e pessoal qualificado em número suficiente para Atendimento das necessidades da contratante.

8.3. Apresentar os caminhões /equipamentos no local previamente determinados, sempre em perfeitas condições de uso e segurança.

8.4. Cumprir fielmente com o roteiro de atividades estipuladas pela contratante.

8.5. Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.

8.6. Responsabilizar-se pelas manutenções preventivas e corretivas dos caminhões, veículos e equipamentos, assim como, todos os impostos, taxas, licenças e Registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

8.7. Cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão



sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT.

8.8. Informar aos órgãos oficiais competentes, tais como: Delegacias Policiais, Polícia Militar e Solicitações de BRAT (Boletim de Registro de Acidente de Trânsito), em tempo hábil, a ocorrência de sinistro envolvendo os veículos disponibilizados pela Contratada, além de outras medidas que, no caso concreto, se façam necessárias, bem como a prestação de socorro a eventuais vítimas.

8.9. Substituir os caminhões, e equipamentos defeituosos, quando em uso, em até 04 (quatro) horas após a detecção da falha pela fiscalização do município;

8.10 Sempre que ocorrer a substituição dos caminhões, os mesmos deverão apresentar as mesmas especificações ou superiores em relação às licitadas;

8.11. Comunicar a contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução da via em manutenção.

8.12. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

8.13. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.

8.14. A contrata, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido nem transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação do contratado com terceiros;

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Assegurar à Contratada o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto da contratação.

9.2. Indicar os servidores responsáveis pela fiscalização do cumprimento do objeto licitado.

9.3. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando quaisquer divergências em relação ao cumprimento das especificações contidas neste Termo de Referência.

9.4. Acompanhar e fiscalizar por um representante da Administração especialmente designado, a execução dos serviços e liberar as medições.

9.5. A Contratante não se responsabilizará por qualquer tipo de manutenção ou reparos nos caminhões.

9.6. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Termo.

9.7. Aplicar à Contratada as sanções administrativas cabíveis, conforme a lei 8.666/93.

9.8. O fornecimento de combustíveis para os caminhões e alimentação dos operadores, durante a execução dos serviços ficará a cargo da Contratante.

## 10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. Será contratada a empresa que apresentar a proposta de menor valor global.



## 11 DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. O Contrato terá validade a partir de sua assinatura, facultado à Administração a celebração do contrato.

11.2. A fiscalização realizada pela contratante não isenta e nem reduz a responsabilidade da contratada perante os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

11.3. Serão procedidas à rescisão unilateral da ata por parte do Contratante pela inexecução total ou parcial do contrato, por parte do Contratado, nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

11.4. Da mesma forma será motivo para o cancelamento do preço registrado em ata, as seguintes situações:

11.4.1. Incorporação, fusão ou cisão da Contratada;

11.4.2. Por procedimento irregular da Contratada que venha causar transtornos ou prejuízos para o Contratante e/ou terceiros;

11.4.3. Por infringência ou desobediência de natureza grave do disposto no CTB — Código de Trânsito Brasileiro,

11.4.4. Ocorrer à falência ou liquidação da Contratada.

11.5. Na hipótese de o licitante vencedor disponibilizar uma máquina, veículo ou equipamento de capacidade superior ao solicitado é facultado a contratante aceitar ou não a substituição dos mesmos, considerando ainda assim, será pago o preço registrado.

## 12. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Observado o disposto nos artigos 58, inciso III, e 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT. Como gestor/fiscal do contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato.

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Os pagamentos à contratada somente serão realizados, mensalmente, mediante a efetiva disponibilização dos caminhões, nas condições estabelecidas e será comprovada por meio de atestado de inspeção a ser expedido pela Secretaria competente.

13.2. O pagamento será efetuado pela Tesouraria, desta PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS, liquidado após o recebimento da nota fiscal/fatura e autorização da gestora do contrato;

13.3. A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias;



13.4 A secretaria da Fazenda, e Contabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange aos valores, deverá devolvê-la à contratada, para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

13.5. Os pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal De Buritis serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

13.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará a Prefeitura Municipal De Buritis, plena, geral e irrevogável quitação da remuneração referente a locação, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

13.7. A CONTRATADA deverá excluir do faturamento mensal os dias de trabalho e salários dos funcionários faltosos, em férias, licença ou afastamentos legais, para os quais não houver sido encaminhado substituto;

13.8. Os valores a serem pagos pela Prefeitura Municipal De Buritis serão calculados para rata dia, pelo período da efetiva disponibilização dos caminhões no local da execução das obras/serviços; da efetiva locação, serão cobrados considerando-se o mês de 30 (trinta) dias;

13.9. Quando do término do Contrato, a liberação do pagamento das notas fiscais/faturas relativas, somente ocorrerá mediante a plena e cabal comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratualmente previstas, especialmente a apresentação de todos os documentos exigidos, a correção de todas as eventuais pendências apuradas, a demonstração da utilização das parcelas repassadas a título de aviso prévio e multa fundiária, bem como comprovação da efetiva quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e decorrentes de normas coletivas;

13.10. Independentemente da liquidação e do pagamento de qualquer despesa, a CONTRATADA deverá, nos prazos legais, promover as diligências necessárias e proceder aos recolhimentos e pagamentos de todos os tributos, em serviços e contribuições de sua responsabilidade. Caso a Prefeitura Municipal De Buritis tenha que realizar algum procedimento dessa natureza, promoverá o respectivo ressarcimento por meio da retenção de créditos da CONTRATADA, execução da garantia prestada ou medida judicial apropriada, a critério da PREFEITURA.

13.11. A Prefeitura Municipal De Buritis fica desde já autorizada a reter, cautelarmente, o valor da (s) fatura (s) referente a um mês de locação, bem como da garantia prestada, até a devida comprovação, por parte da CONTRATADA, do pagamento integral.

13.12. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a Prefeitura Municipal De Buritis poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados



## 14. SANÇÕES

14.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura Municipal De Buritis, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

14.2 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal De Buritis. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

## 15. VIGÊNCIA

15.1. O prazo de vigência do contrato será de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo, enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

15.1.1. Contrato regular das locações;

15.1.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais, exceto quanto a penalidades aplicadas por atraso na entrega da garantia;

15.1.3. Manutenção do interesse da Contratada na realização das locações; econômica do valor do contrato para a administração.

15.1.4. Concordância expressa da Contratada pela prorrogação.

## 16. CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Serão consideradas vencedoras do certame a licitante que, após análise da proposta de preço e dos documentos de habilitação, atendidas as exigências do Edital e seus anexos, houver ofertado o menor preço global dos itens a serem locados; objeto deste Termo de Referência;

16.2 A Contratada deverá observar todas as disposições legais e regulamentares pertinentes,



inclusive da legislação trabalhista em relação aos seus empregados designados a locações a esta Instituição.

16.3. As licitantes deverão apresentar proposta que contemplem todos os custos para a contratação, ora licitados.

Buritis - MG, 01 de fevereiro de 2021

Solicitante:

*Douglas Spirandeli* Jacinto Ferreira  
**Secretário Municipal de Transportes - SMT**

Aprovo o Presente Termo de Referência:

Keny Soares Rodrigues  
Prefeito Municipal



## ANEXO II

### MODELO DECLARAÇÃO CONJUNTA

Declaro para os devidos fins que a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei que:

1. Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habitação;
2. Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art.7º da Constituição Federal e inciso V Art. 27 da Lei n.º 9.854/99;
3. Não possui em seu quadro de pessoal Servidores Públicos do poder Executivo Estadual/Municipal exercendo funções Técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso) III, do Art. 9º da Lei 8666/93 e Inciso X, da Lei Complementar N.º 64/90);
4. que aceita todas as exigências contidas no edital, bem como se submete a todas as propostas estatuídos na Lei 8.666/93 e suas alterações;
5. que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data não existem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
6. que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, cujo termos declaro conhecer na íntegra, e está apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no certame em epígrafe.
7. que não enviou qualquer pessoa para representá-lo na licitação epigrafada e que, diante deste fato e de seu desinteresse em apresentar recurso administrativo contra a habilitação ou inabilitação e contra fase de julgamento das propostas comerciais sua ou de outras licitantes, renuncia expressamente ao eventual direito de interpor recurso, na forma prevista no art. 109 da Lei 8.666/93.

Buritis – MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
(nome, R.G, cargo e assinatura do representante legal)



## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA

Nome da Licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

#### 1 - DO OBJETO

1.1. A presente proposta refere-se à Contratação de empresa para locação de máquinas e caminhões, incluindo seus operadores/motoristas, especificamente para manutenção de acesso das estradas vicinais do município, em atendimento às demandas de melhorias de tráfego em geral, conforme o termo de referência.

#### 2 - DA REMUNERAÇÃO

2.1. O preço global da proposta é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para a execução dos serviços objeto desta licitação, conforme a tabela abaixo:

Item	Tipo da locação	Quant.	Valor (diária unitário)	Valor Global 30 (trinta) dias
01	Caminhão caçamba 6 x 4	10		
02	Escavadeira hidráulica PC 200	01		
03	Caminhão pipa 6 x 2	01		
04	Rolo compactador	01		

2.2. No preço indicado estão incluídos todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados inclusive o custo dos vigias noturnos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços, objeto desta licitação.

#### 3 - DOS PRAZOS

3.1. Após a assinatura do contrato, os serviços serão iniciados de imediato.

3.2. Os serviços objeto da presente proposta serão executados a partir da assinatura deste contrato até XX/XX/XXXX.

#### 4 - DA DECLARAÇÃO

1.1. Declaramos que aceitamos e concordamos com as condições de pagamento e os prazos de execução dos serviços conforme descrito no Edital.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela empresa:  
Nome completo/RG/CPF





## ANEXO IV

### MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

#### PROCURAÇÃO

A (nome da EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) \_\_\_\_\_, pelo presente instrumento, credencia procurador (es) o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil), (Profissão e endereço) \_\_\_\_\_, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado (ou de forma genérica para licitações em geral), o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da EMPRESA, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, rubricar documentos, assinar atas, contratos e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo dará por firme e valioso.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa,  
COM FIRMA RECONHECIDA POR CARTÓRIO COMPETENTE.

Observações:

- Utilizar papel timbrado da licitante;
- Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.



## ANEXO IV

### MINUTA DE CONTRATO

### CONTRATO DE LOCAÇÃO

NÚMERO: **XXX/2021**.

Contrato que entre si fazem a o **Município de Buritis - MG**, por intermédio da Prefeitura Municipal, e a empresa **XXXXXXXXXX**.

Aos XX dias do mês XXXXXXXX de 2021, O **MUNICÍPIO DE BURITIS**, estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito em exercício o Sr. Keny Soares Rodrigues, brasileiro, solteiro, agente político, inscrito no CPF sob n.º 385.174.691- 00, portador da Cédula de Identidade – RG, n.º 1037630 SSP/DF, residente e domiciliado nesta cidade de Buritis - MG, à Fazenda Buritis, n.º 1, Zona Rural – CEP 38660-000, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à XXXXXXXXXXXXXXXX, n.º XX, bairro XXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado da Licitação Tomada de Preço 002/2021 do processo administrativo próprio n.º 030/2021, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei n.º 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

### 1 DO OBJETO

1.1 - O objeto deste contrato é a Contratação de empresa para locação de máquinas e caminhões, incluindo seus operadores/motoristas, especificamente para manutenção de acesso das estradas vicinais do município, em atendimento às demandas de melhorias de tráfego em geral, sendo estes:

Item	Descrição	Unidade Fornecimento	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1.	Locação de 10 (dez) Caminhões Caçamba 6 x 4	Unidade	1	R\$	R\$
2.	Locação de Caminhão Pipa 6 x 2	Unidade	1	R\$	R\$
3.	Locação de Escavadeira Hidráulica PC 200	Unidade	1	R\$	R\$



4.	Locação de Rolo Compactador	Unidade	1	R\$	R\$
----	-----------------------------	---------	---	-----	-----

1.2 - As despesas inerentes à execução do objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação Orçamentária consignada no Orçamento Municipal sob a rubrica:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.12.01.26.122.0003.2216.3.3.90.39.00	Manutenção de Atividades – Deptº. de Transportes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## 2 - DO PREÇO, DA DOTAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O contrato tem o valor global de **R\$ XXXX,XX (XXXXXX)**.

2.2 - DA DOTAÇÃO - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos provenientes das Dotação Orçamentária supracitada, e na ficha a saber: **1013 - Fonte 100**, do orçamento vigente.

2.3 - DO PAGAMENTO - Os pagamentos serão efetuados a contratada em até 30 (trinta dias) após apresentação da nota fiscal/fatura.

2.4 – A contratada deverá apresentar o Certificado de regularidade junto a RFB e FGTS, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal.

## 3 - DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1 - O presente contrato terá a **vigência** de **XX/XX/2021 a XX/XX/2021**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vantagem para o Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no Art. 57, inciso II, da Lei 8666/93.

## 4 - DAS PENALIDADES

4.1. Se a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo CONTRATANTE.

4.2. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o descumprimento total ou parcialmente os contratos



administrativos e as atas de registro de preço celebradas com a Prefeitura Municipal de BURITIS, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

I - advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II - multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar a garantia contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de BURITIS, por prazo definido no inciso III, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo definido no inciso IV, do art.87, da Lei n.º 8.666/93 ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir com a Prefeitura Municipal de Buritis pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

§ 1º O valor da multa aplicada nos termos do inciso II desta cláusula, será descontado do valor da garantia prestada, prevista no § 1º, do art. 56, da Lei Federal 8.666, de 1993, e/ou retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal e, caso os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser pago por meio de guia própria ou cobrado judicialmente.

§ 2º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas



cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **5 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

5.1 - Pelo não cumprimento das obrigações previstas no Processo citado, pela CONTRATADA, a PREFEITURA poderá rescindir este Contrato, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização. Também constituem motivos de rescisão unilateral pela PREFEITURA;

5.2 - O não cumprimento, o cumprimento irregular ou lento a paralisação ou atraso injustificado na entrega dos materiais e/ou serviços.

5.3 - A subcontratação total ou parcial, exceto se admite no Processo, obtida prévia autorização escrita da PREFEITURA.

5.4 - O cometimento reiterado de faltas no seu fornecimento constatada pela PREFEITURA.

## **6 - DA ALTERAÇÃO**

6.1 - Este instrumento poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, respeitadas as disposições legais.

## **7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

### **7.1 - A CONTRATADA se obriga a:**

- a) fornecer os veículos, no prazo estipulado na ordem de fornecimento;
- b) realizar se necessário, a substituição dos veículos para atendimento aos termos da proposta;
- c) todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo serão de exclusiva responsabilidade da contratada;
- d) a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa qualidade dos bens e/ou serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos constantes do processo;
- e) não será permitida a subcontratação do todo, nem de parte do objeto do presente Contrato;
- f) a CONTRATADA obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até 25% do valor inicial atualizado do contrato.



## 72 - CONSTITUI OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) exercer fiscalização dos veículos por servidores especialmente designados;
- b) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da locação dos veículos, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não devem ser interrompidas;
- c) emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- d) permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para execução dos serviços;
- e) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- f) efetuar o pagamento à Contratada nos prazos e condições estipuladas neste instrumento;
- g) comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços contratados.

## 8 - DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, fico eleito o Foro da Comarca de Buritis - MG, renunciando a qualquer outro mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam os representantes das partes contratantes o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de (02) duas testemunhas abaixo assinadas.

Buritis – MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Dr. Keny Soares Rodrigues  
Prefeito de Buritis MG  
Contratante

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_; 2- \_\_\_\_\_